

Qualquer bravata, agora, seria crime de lesa-pátria.

17 FEV 1987

Com Brasil JORNAL DA TARDE

A crise cambial em que se debate a economia brasileira parece ter feito o governo — finalmente — cair na realidade. Sem dúvida, as informações procedentes de Brasília indicam uma importante mudança de atitude, pois até poucos dias atrás as autoridades econômicas davam a impressão de estar tentando negar a delicada situação externa a que o País foi levado pelos desvarios do Plano Cruzado.

Hoje, no entanto, há sinais de que o governo se prepara para tomar algumas decisões imperativas para enfrentar a crise, entre elas a centralização cambial, a aceleração das minidesvalorizações do cruzado e a concessão de estímulos aos investimentos estrangeiros, pois as reservas cambiais, segundo se comenta extracoficialmente, caminham para o perigoso nível de US\$ 2 bilhões, bem abaixo portanto do limite crítico de três meses de importações. Nessas condições, torna-se fundamental o aumento das exportações e uma política econômica compatível com essa fase de estrangulamento externo, isto é, uma política de redução dos gastos públicos, da demanda dos consumidores e, em consequência, do crescimento econômico.

Enquanto circulam rumores sobre o adiamento de compromissos da dívida externa, em virtude do baixo nível das reservas, e de uma reaproximação com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo dá os últimos retoques nas alterações que pretende fazer na economia com o objetivo de conter a inflação e, simultaneamente, conviver com o sufoco cambial. De qualquer forma, ainda que seja forçado a atrasar pagamentos devidos aos credores externos, é essencial que o País tome essa decisão após uma consulta ao comitê dos bancos credores, pois, nesse momento, como observou com grande propriedade o ex-presidente do Banco Central, Fernão Bracher, não há lugar para bravatas nem para demagogia.

Embora as autoridades econômicas somente agora comecem a admitir a gravidade do problema externo, no Exterior ele já estava sendo avaliado em toda sua extensão por várias instituições financeiras, entre elas o Banco Mundial (Bird), que em fins do ano passado elaborou estudo confidencial sobre o Brasil.

De acordo com esse estudo, para manter um crescimento de 6% ao ano o País precisará captar pelo menos US\$ 3 bilhões anualmente, entre 1987 e 1990, expandir as exportações de 4 a 5% ao ano e reduzir o déficit fiscal dos atuais 5% para 1% do Produto Interno Bruto (PIB).

Na realidade, o estudo do Bird apresenta um cenário relativamente otimista, porque a nosso ver o País precisará receber um volume bem maior de dinheiro novo (new money) para evitar a recessão. Com certeza, será muito difícil para a economia brasileira sustentar uma taxa de expansão de 6% ao ano nesse período de quatro anos, mas é inegável que, como ocorreu no passado recente, grande parte da dinâmica da economia dependerá do comportamento das exportações, ou seja, da política cambial, da situação do mercado internacional e das condições internas de produção.

E que dizer da oportuníssima recomendação dos técnicos do Banco Mundial no sentido de cortar drasticamente o déficit fiscal para 1% do PIB? Será que esse sábio conselho foi ouvido por algum economista dos ministérios da Fazenda e do Planejamento? Lamentavelmente, acreditamos que, como em outras oportunidades recentes, aí estará o terreno mais difícil para a atuação do governo, dadas as conhecidas resistências da burocracia oficial e das empresas estatais a qualquer tentativa de racionalização.

Assim, aparentemente, os rumos da economia brasileira nos próximos anos estarão condicionados ao êxito das medidas a serem anunciadas pelo governo nos próximos dias e às reações de nossos credores externos. Nos meios financeiros europeus, por exemplo, é público o desejo de exigir do Brasil um acordo clássico com o FMI antes de qualquer entendimento para renegociar a dívida externa. Não se trata, como diriam os mais obscuros políticos do PMDB ou do PT, de mais uma imposição dos credores, mas de uma situação de fato criada pelos erros de política econômica cometidos no ano passado. Basta dizer que, se o nosso superávit cambial não for além dos US\$ 8 bilhões previstos pelo Ministério da Fazenda, o Brasil precisará obter mais de US\$ 6 bilhões em dinheiro novo este ano! A questão crucial é saber se isso é possível sem a participação do FMI. Esta é a realidade. Não há como negá-la.

Por esse motivo, recebemos com alívio a notícia de que o novo presidente do Banco Central, Francisco Gros, manifestou o firme propósito de executar uma política realista para o câmbio e para os juros, os quais não podem ficar abaixo da inflação (é verdade que, para isso, o governo precisa pôr fim de vez a essa brincadeira de trocar de índices de preços, como se fosse possível mascarar os efeitos do processo inflacionário). Igualmente nos anima, no atual cenário de estrangulamento externo, a disposição de Gros de rejeitar a idéia de uma mudança na estratégia de renegociação da dívida.

Essa posição do presidente do BC, seguramente, deve ter contribuído para diminuir o nervosismo causado nos meios financeiros internacionais pela demissão de Fernão Bracher. Os principais executivos dos bancos credores não entenderam os motivos de sua substituição antes que as negociações sobre a dívida pudessem ser concluídas. Agora, conforme prevê a imprensa especializada internacional, essas negociações serão mais lentas e difíceis, já que Gros não é tão conhecido como Bracher. E o pior é que o relógio corre contra nossas reservas internacionais e as nossas possibilidades de evitar os males de uma recessão profunda. Diante disso, esperemos que se confirmem os rumores de que o governo resolveu mudar de atitude e partir para as medidas que a situação cambial impõe.

E, para aqueles que têm sempre a tendência de chamar de "antipatriótica" qualquer pessoa que critica a política do governo, dizemos agora que qualquer bravata ou expediente demagógico com nossos credores, nesta altura dos acontecimentos seria crime de lesa-pátria.